

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ**

---

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECRETO Nº 044/2025**

Dispõe sobre o recesso de final de ano, no âmbito da Administração Pública do Município de Guimarães/RN, referente ao exercício 2025.

**CONSIDERANDO** os festivais culturais no mês de dezembro;

**CONSIDERANDO** a necessidade de redução no custeio da Administração Pública Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de planejamento administrativo e financeiro durante a mudança dos exercícios 2025/2026;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 45 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais no período de 22 de dezembro de 2025 a 09 de janeiro de 2026, ressalvados os serviços essenciais que deverão ser mantidos.

**Art. 2º.** São essenciais os serviços desenvolvidos pelas Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Tributação, Segurança Pública, Defesa Social e Patrimonial, cuja atividade é indispensável ao atendimento das necessidades inadiáveis da população, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em risco a sobrevivência, a saúde ou a segurança dos munícipes.

**Parágrafo Primeiro.** Os titulares dos Órgãos dispostos no caput deste artigo devem estabelecer procedimentos visando, em especial, manter os serviços prestados à população.

**Parágrafo Segundo.** Os órgãos e as entidades deverão manter no quadro pessoal apenas os servidores suficientes para a manutenção dos serviços essenciais.

**Art. 3º.** Os procedimentos, eventos e atos já agendados devem ser mantidos, mesmo, durante o período de recesso, ficando o (a) Secretário (a) do Órgão pertinente, responsável pela fiel execução dos mencionados expedientes.

**Parágrafo único.** Eventos e serviços prestados aos turistas devem ser mantidos, inclusive, durante o período de recesso.

**Art. 4º.** Durante o período de recesso, caso haja necessidade, outros órgãos, setores ou Secretarias não mencionados no Art. 2º poderão funcionar e executar suas atividades normalmente, sempre que tais medidas se mostrarem indispensáveis ao regular funcionamento da Administração Pública ou ao atendimento do interesse público.

**Parágrafo único.** Caberá ao titular de cada órgão ou secretaria identificar a necessidade de funcionamento e assegurar a manutenção das atividades que se fizerem imprescindíveis.

**Art. 5º.** Os agentes públicos que efetivamente usufruírem do período de recesso, devem compensar os períodos não trabalhados, durante o exercício de 2026.

**Parágrafo Primeiro.** De acordo com necessidade plenamente justificável, atendendo ao interesse público e obedecendo o princípio da economicidade, poderão os Secretários Municipais e Diretores adequarem a rotina de trabalho dos servidores para atender as demandas essenciais, na forma que julgarem conveniente em cada secretaria.

**Parágrafo Segundo.** A compensação que trata o caput deste Artigo, poderá ser realizada mediante a antecipação do início da jornada de trabalho e/ou de sua postergação e/ou pela execução de escalas extras de serviços.

**Parágrafo Terceiro.** As regras dispostas neste Artigo podem ser aplicadas, inclusive, nas atividades desenvolvidas por terceiros contratados pelo Município, ficando a cargo do titular do órgão o controle e fiscalização das respectivas compensações.

**Art. 6º** O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Palácio Luiz Virgílio de Brito,  
Guamaré/RN em, 11 de dezembro de 2025.

***HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA***  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Isaque Felipe de Oliveira Farias  
**Código Identificador:**9C04FBCE

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 12/12/2025. Edição 3687  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>